



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO

1.1 – REGISTRO DE PREÇOS visando a futura e eventual aquisição de mobiliário e equipamentos diversos para atender às necessidades das Secretarias Municipais de Educação; de Saúde; de Administração e Planejamento; de Agricultura e Meio Ambiente; de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico; de Cultura, Esporte e Lazer; de Obras e Serviços Urbanos; de Transporte e Defesa Civil; e de Turismo e Comércio do Município de Itamarati de Minas/MG, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

2 – DA PADRONIZAÇÃO

2.1 – A contratação NÃO se dará em observância ao princípio da padronização, tendo em vista a diversidade dos itens e a inexistência de padrão previamente fixado pela Administração para os bens objeto desta contratação.

3 – DA NATUREZA DO OBJETO

3.1 – O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo.

3.2 – Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme fundamentação constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP, apêndice deste Termo de Referência.

4 – DA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1 – Os itens objeto do presente Registro de Preços, suas especificações técnicas, unidades de medida e quantidades estimadas estão detalhados no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	ARMÁRIO COM 4 GAVETAS DE ARQUIVO SUSPENSO Tipo: vertical; Finalidade: arquivo de pastas suspensas tamanho ofício; Gavetas: 04 (quatro) gavetas; Matéria-prima: aço chapa 22; Dimensões aproximadas: 133 cm (alt.) x 47 cm (larg.) x 71 cm (prof.); Acabamento: pintura eletrostática a pó (epóxi); Cor: cinza ou equivalente; com fechadura.	UN	10
02	ARMÁRIO 2 PORTAS	UN	04



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
	Quantidade de prateleiras: 04; Quantidade de portas: 02; Chapa das prateleiras: 26 (0,45 mm); Chapa das travas: 20 (0,90 mm); Dimensões (Alt. x Larg. x Prof. / cm): 198 x 90 x 40; Pintura: eletrostática epóxi; Capacidade: 30 kg por prateleira; com fechadura.		
03	MESA COM 3 GAVETAS E PÉS DE PERFIL DE FERRO Finalidade: uso funcional em ambiente de escritório; Estrutura: em aço; Tampo: madeira aglomerada revestida em melamínico, espessura mínima de 25 mm; Gaveteiro: 01 gaveteiro fixo com 3 gavetas com guias metálicas telescópicas; Dimensões: 1.400 mm x 700 mm x 750 mm (C x L x A); Acabamento metálico: pintura eletrostática a pó; Cantos do tampo arredondados conforme NR-17; sapatas niveladoras.	UN	13
04	CADEIRA GIRATÓRIA OPERACIONAL ERGONÔMICA Capacidade: suporte mínimo comprovado de 150 kg; Base: estrela reforçada em aço ou alumínio com 05 rodízios; Pistão a gás Classe 3 ou 4 para ajuste de altura; Encosto: com regulagem de altura e inclinação e apoio lombar integrado; Braços: reguláveis em altura; Assento: espuma injetada de alta densidade, espessura mínima de 90 mm; Revestimento: tecido de alta resistência ou courvin de fácil limpeza; Estrutura: Tubos de aço com revestimento de polipropileno ou componentes em alumínio injetado. Conformidade com NR-17; Certificação INMETRO.	UN	13
05	MESA COM PÉS DE PERFIL DE FERRO (1,20 m x 0,60 m) Tampo: MDP ou MDF, espessura mínima de 25 mm, revestimento em laminado melamínico de baixa pressão (BP) com bordas em PVC de 1 mm a 2 mm; Estrutura (pés): perfil de ferro (aço carbono), seção quadrada ou retangular; Acabamento metálico: tratamento anticorrosivo (fosfatização) e pintura	UN	02



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENTO



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
	eletrostática a pó (epóxi); Sapatas niveladoras; Cantos do tampo arredondados conforme NR-17.		
06	VENTILADOR DE PAREDE 60 CM Diâmetro: 60 cm; Hélice: 3 pás em polipropileno; Potência: mínima de 200 W; Oscilação horizontal (direita/esquerda); Inclinação vertical; Grade removível para limpeza; Tensão: 220V ou bivolt; Certificação compulsória do INMETRO.	UN	10
07	VENTILADOR DE COLUNA 60 CM Diâmetro: 60 cm; Hélice: mínimo de 6 pás em polipropileno ou metal; Potência: mínima de 200 W; Coluna telescópica ajustável; Oscilação horizontal automática e inclinação vertical; Classificação energética: Selo Procel letra "A"; Certificação compulsória do INMETRO; Tensão: 220V ou bivolt.	UN	13
08	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR (2,50 m x 1,20 m) Finalidade: reuniões, diretoria ou uso coletivo; Material: MDP ou MDF de alta densidade; Espessura do tampo: mínima de 25 mm; Acabamento: laminado melamínico de baixa pressão com fita de borda em PVC; Bordas arredondadas para ergonomia; Sapatas niveladoras para piso, possibilidade de caixas de conexão de energia/dados; Cor: cinza ou similar; Estrutura: pés em aço com pintura epóxi.	UN	01
09	MESA DE PLÁSTICO QUADRADA (70 x 70 cm) Material: polipropileno virgem de alta resistência com aditivos anti-UV; Modelo monobloco empilhável; Certificação obrigatória: INMETRO; Conformidade com a norma ABNT NBR 14776.	UN	40
10	TENDA 8 x 8 METROS Estrutura: aço carbono (SAE 1008 FF); Peso aproximado: 365 kg; Acabamento: galvanizado (zinco); Solda: MIG; Dimensões montadas: 8 m x 8 m x 2,5 m (C x L x A); Cobertura: lona vinílica com PVC	UN	02



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
11	<p>laminado, pigmentada em ambas as faces, black-out (filtro solar), auto extingüível, anti mofo, anti fungos, anti raios UV e IV, impermeável, emendas soldadas por alta frequência (vulcanização) com reforço duplo nas extremidades, fixada com cordas trançadas de polipropileno, gancho e argola.</p> <p>AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER CONNECT 12000 BTUS FRIO 220VZ</p> <p>Ar Condicionado Split Inverter WindFree Connect 12000 BTUs Frio 220V</p> <p>Purificação eficiente do ar</p> <p>Conectividade Wi-Fi,</p> <p>Especificações Técnicas:</p> <p>Voltagem: 220V</p> <p>Tipo: Inverter</p> <p>Ciclo: Frio</p> <p>Cor: Branco</p> <p>Capacidade: 12.000 BTUs</p> <p>Classificação Energética: A</p> <p>Gás Refrigerante: R-32</p> <p>Consumo de Energia: 703kWh por Ano</p> <p>Material da serpentina: Cobre</p> <p>Nível de ruído db Evaporadora: 43 25</p> <p>Nível de ruído db Condensadora: 51</p> <p>Filtro: CUHD Filter</p> <p>Funções: WindFree, Easy Filter Plus, Wi-Fi, ST energy, Resfriamento Rápido, Inteligencia Artificial, Autoclean, Modo Sleep, Freeze Wash, Modo Dry, Energy saving, Tecnologia Turbo, Aviso para limpar filtro</p> <p>Função Swing: 4 Direç790-=8ões</p> <p>Modos de Operação: Auto, Cool, Fan, Dry</p> <p>Garantia: 12 meses, 10 anos no compressor</p>	UNID	05
12	<p>AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER CONNECT 18000 BTUS FRIO 220VZ</p> <p>Ar Condicionado Split Inverter WindFree Connect 18000 BTUs Frio 220V</p> <p>Purificação eficiente do ar</p> <p>Conectividade Wi-Fi,</p>	UNID	12



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
	Especificações Técnicas: Voltagem: 220V Tipo: Inverter Ciclo: Frio Cor: Branco Capacidade: 18.000 BTUs Classificação Energética: A Gás Refrigerante: R-32 Consumo de Energia: 703kWh por Ano Material da serpentina: Cobre Nível de ruído db Evaporadora: 43 25 Nível de ruído db Condensadora: 51 Filtro: CUHD Filter Funções: WindFree, Easy Filter Plus, Wi-Fi, ST energy, Resfriamento Rápido, Inteligencia Artificial, Autoclean, Modo Sleep, Freeze Wash, Modo Dry, Energy saving, Tecnologia Turbo, Aviso para limpar filtro Função Swing: 4 Direções Modos de Operação: Auto, Cool,U Fan, Dry Garantia: 12 meses, 10 anos no compressor		
13	CADEIRA GIRATÓRIA TIPO PRESIDENTE Cadeira de Metal Cromado e Couro Sintético, encosto revestido com espuma de alta densidade, apoio de Lombar com regulagem de altura. Resistência: Rodinhas indicadas para qualquer tipo de piso. Suporta o peso de até 150kgs Elevador a gás classe 3 de 80mm Especificações: Tipo de espuma: nova espuma de alta densidade Densidade da espuma: 60 kg/m³ (assento) e 50 kg/m³ (costas) Apoios de braços: Fixos Tipo de mecanismo: Borboleta Equilíbrio: 3~18 Assento: 50x55 cm Encosto: 46x70 cm Rodas: PU	UN	13



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
	Estrutura: Nylon Tamanho da roda: 50mm Bloqueio de inclinação: NÃO Apoio de braço a apoio de braço: 65 cm Altura do apoio de braço: 30cm Altura do chão assento: 45-55 cm Altura do total: 113-123 cm		

4.2 – As especificações técnicas descritas no quadro acima são mínimas e obrigatórias. O fornecedor poderá oferecer produto equivalente ou superior, desde que atendidas integralmente as características exigidas.

4.3 – Em relação ao item 11 (Ar Condicionado Split 12.000 BTUs) e item 12 (Ar Condicionado Split 18.000 BTUs), o preço registrado deverá incluir todos e qualquer fornecimento dos equipamentos e dos materiais necessários à instalação, ficando a responsabilidade pela instalação a cargo da Contratante, salvo se o edital dispuser de forma diversa.

5 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1 – Quando da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, NÃO será admitida a renovação dos quantitativos registrados acima do limite original previsto na Ata.

5.2 – O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual, observando-se, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no Plano Plurianual, quando a execução ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.1 – Na formalização do contrato ou instrumento substituto, deverá constar a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2.2 – A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo Município de Itamarati de Minas por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.



5.2.2.1 – Quando o instrumento contratual for substituído por nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, a minuta do contrato será parte integrante de tais instrumentos para fins de observância dos requisitos previstos no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.3 – O instrumento contratual referido no item 5.2 deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

6 – DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1 – A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, apêndice deste Termo de Referência, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021.

6.2 – A aquisição dos bens descritos neste Termo de Referência tem por escopo suprir as necessidades das diversas Secretarias Municipais de Itamarati de Minas/MG, visando garantir condições adequadas de trabalho, infraestrutura e prestação de serviços à população, em consonância com os princípios da eficiência e do interesse público.

6.3 – A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela conveniência administrativa decorrente da impossibilidade de se definir previamente o quantitativo exato a ser demandado por cada Secretaria, bem como pela possibilidade de atendimento parcelado das necessidades ao longo da vigência da Ata, nos termos do art. 82, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

7.1 – A descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto, encontra-se desenvolvida no Estudo Técnico Preliminar – ETP, apêndice deste Termo de Referência, em conformidade com o art. 6º, inciso XXIII, alínea "c", e com o art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.2 – O ciclo de vida dos bens compreende as fases de aquisição, entrega, instalação (quando aplicável), utilização, manutenção e descarte ambientalmente adequados ao final da vida útil, devendo o fornecedor observar as normas técnicas e ambientais aplicáveis a cada item.

7.3 – A Administração priorizará, sempre que possível e em condições equivalentes de qualidade e preço, bens que apresentem menor impacto ambiental ao longo do ciclo de vida, conforme dispõe o art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 – Sustentabilidade



8.1.1 – Os requisitos da contratação relacionados à natureza do objeto e à sustentabilidade encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, apêndice deste Termo de Referência, em observância ao art. 11, inciso I, e ao art. 6º, inciso XXIII, alínea "e", da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2 – Eventual exigência de documentação relativa à habilitação técnica e econômica encontra-se tratada no item 16 (Critérios de Seleção do Fornecedor) deste Termo de Referência.

8.2 – Indicação de marcas ou modelos

8.2.1 – Na presente contratação NÃO será indicada marca, modelo ou característica exclusiva de determinado fabricante, ressalvada a hipótese de o licitante demonstrar que as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência são suficientes para identificar as características desejadas para o objeto, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.3 – Vedação de marca ou produto

8.3.1 – Para a aquisição do objeto NÃO haverá vedação ou restrição quanto ao emprego de marca ou produto específico, desde que atendidas as especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

8.4 – Carta de solidariedade

8.4.1 – Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

8.5 – Subcontratação

8.5.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8.6 – Garantia da contratação

8.6.1 – Não haverá exigência de prestação de garantia contratual de execução, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

8.7 – Amostra

8.7.1 – Não será exigida apresentação de amostras como condição de habilitação ou de classificação da proposta, ressalvada a possibilidade de a Administração, em fase de diligência, solicitar amostra de item específico para fins de verificação de conformidade com as especificações, nos termos do art. 17, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

8.8 – Prova de qualidade

8.8.1 – Não haverá exigência de prova de qualidade prevista no art. 42 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da verificação de conformidade durante o recebimento dos bens.

8.9 – Vedação de contratação de pessoa física

8.9.1 – Em razão da natureza do objeto (fornecimento de bens), a contratação se dará exclusivamente com pessoa jurídica devidamente constituída e inscrita no CNPJ, nos termos da legislação aplicável.



9 – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 – Condições de execução

9.1.1 – O prazo de entrega dos bens é de até 10 (dez) dias corridos, contado da data de emissão de Autorização de Fornecimento – AF ou instrumento equivalente, expedido formalmente pelo Contratante, em remessa única ou no quantitativo especificado na respectiva ordem.

9.1.2 – Caso não seja possível a entrega no prazo avençado, a Contratada deverá comunicar as razões respectivas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para que o eventual pedido de prorrogação de prazo seja analisado pela Administração, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

9.1.3 – Os bens deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Itamarati de Minas, localizada na Avenida Coronel Araújo Porto, nº 506, Centro, Itamarati de Minas/MG, CEP 36.895-000, ou em outro local informado formalmente na Autorização de Fornecimento, dentro dos limites do território municipal.

9.1.4 – Os bens deverão ser entregues acondicionados adequadamente, em embalagens originais de fábrica, de forma a garantir a integridade durante o transporte e a armazenagem.

9.1.5 – As despesas com frete, carga, descarga, transporte e seguro dos bens até o local de entrega serão inteiramente suportadas pela Contratada, sem ônus adicional para a Administração.

9.1.6 – A Contratada deverá disponibilizar pessoal qualificado para o descarregamento e posicionamento dos bens no local indicado pela Administração.

9.2 – Garantia dos produtos

9.2.1 – Os bens fornecidos deverão observar, no mínimo, os prazos de garantia legal previstos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo das garantias eventualmente superiores indicadas nas especificações técnicas de cada item ou na proposta da Contratada, as quais prevalecerão.

9.2.2 – Para os itens 11 e 12 (ar condicionados), aplica-se garantia mínima de 12 (doze) meses para o conjunto e de 5 (cinco) anos para o compressor, contados da data do recebimento definitivo.

9.2.3 – Durante o período de garantia, a Contratada deverá realizar, sem ônus para a Administração, a substituição de peças defeituosas, bem como prestar assistência técnica.

9.2.4 – O acionamento da garantia deverá ser feito pela Administração mediante comunicação escrita à Contratada, que deverá providenciar o atendimento no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação.



10 – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – O contrato e a Ata de Registro de Preços deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

10.3 – As comunicações entre o Contratante e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para comunicações que não exijam formalidade específica.

10.4 – O órgão ou entidade contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município de Itamarati de Minas poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

10.6 – A responsabilidade pela gestão do contrato e da Ata de Registro de Preços caberá ao servidor ou comissão designados por ato administrativo próprio do Contratante, o qual será responsável pelas atribuições definidas no regulamento municipal pertinente e nos arts. 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

10.7 – A responsabilidade pela fiscalização do contrato e da Ata de Registro de Preços caberá ao servidor ou comissão designados por ato administrativo próprio do Contratante, com as atribuições de acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotar em registro próprio todas as ocorrências, determinar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste e comunicar ao gestor irregularidades que ultrapassem sua competência de decisão.

10.8 – Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato e da Ata de Registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante, anteriormente à data de assinatura dos referidos instrumentos.

10.9 – A gestão e a fiscalização do contrato e da Ata de Registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará o acompanhamento, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades cabíveis, após o devido processo legal, em caso de descumprimento das obrigações contratadas.

10.10 – As regras previstas neste item aplicam-se à gestão da Ata de Registro de Preços e do contrato dela decorrente, no que couber.



11 – DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 – Do recebimento provisório

11.1.1 – Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da Contratada.

11.1.2 – O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de funcionamento e à entrega dos manuais e documentos pertinentes.

11.1.3 – Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da Contratada, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.2 – Do recebimento definitivo

11.2.1 – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens entregues, e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou recibo.

11.2.2 – O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.2.3 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à Contratada para emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa do fornecimento, para fins de liquidação e pagamento.

11.2.4 – O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto, ou de saneamento da nota fiscal, não será computado para fins do recebimento definitivo.

11.2.5 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos bens fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

12 – DA LIQUIDAÇÃO

12.1 – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogável por igual período, nos termos da legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



12.2 – Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em nome da Prefeitura Municipal de Itamarati de Minas, CNPJ nº 17.706.813/0001-02, com sede na Avenida Coronel Araújo Porto, nº 506, Centro, Itamarati de Minas/MG.

12.2.1 – Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém os elementos necessários e essenciais, tais como: (a) prazo de validade; (b) data de emissão; (c) dados do contrato e do órgão contratante; (d) período de execução do contrato; (e) valor a pagar; e (f) eventuais retenções tributárias.

12.3 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada adote as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus para o Contratante.

12.4 – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada obrigatoriamente da comprovação da regularidade fiscal da Contratada, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.5 – A Administração realizará consulta para: (a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; (b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, ou proibição de contratar com o Poder Público.

12.6 – Constatada a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

12.7 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, para que sejam acionados os meios pertinentes.

12.8 – Persistindo a irregularidade, o Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa e o contraditório.

12.9 – Havendo efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

13 – DO PRAZO DE PAGAMENTO

13.1 – O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos do item 12 deste Termo de Referência.



13.2 – No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, serão devidos pelo Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% ao ano (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, calculados sobre o valor em atraso.

14 – DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1 – O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

14.2 – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.3 – Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicável.

14.3.1 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha de proposta, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.3.2 – A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, ficando o pagamento condicionado à apresentação de documento comprobatório de que a empresa faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15 – DO REAJUSTE DE PREÇOS

15.1 – Os preços registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado que serviu de base para a abertura da licitação.

15.2 – Após o interregno de 1 (um) ano, e **mediante pedido formal da Contratada**, os preços registrados serão reajustados pela aplicação do IPCA/IBGE acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.2.1 – A assinatura de eventual Termo Aditivo de prorrogação da Ata ou do contrato sem a concessão do reajuste, ou sem ressalva expressa de sua superveniente análise, implicará renúncia ao direito ao reajuste do período correspondente.

15.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

15.4 – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.



15.5 – Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.6 – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou, por qualquer razão, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

15.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

16 – DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1 – Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

16.1.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e art. 36 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 – Modo de disputa

16.2.1 – Modo de Disputa: **ABERTO**, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, com lances públicos e sucessivos, decrescentes, em tempo real.

16.3 – Participação de microempresas e empresas de pequeno porte

16.3.1 – A participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) será regida pelos arts. 4º e 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e pelo Decreto Municipal aplicável, assegurados os benefícios do tratamento diferenciado e favorecido nos termos da legislação vigente.

16.4 – Das exigências de habilitação

16.4.1 – Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

16.5 – Habilitação jurídica

16.5.1 – Os documentos apresentados para fins de habilitação jurídica deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação, conforme o caso:

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

16.6 – Habilitação fiscal, social e trabalhista

16.6.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

16.6.2 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive os relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

16.6.3 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.6.4 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho;

16.6.5 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.6.6 – Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.6.7 – Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante



declaração da Fazenda do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.6.8 – O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

16.7 – Qualificação econômico-financeira

16.7.1 – Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida com data não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura da licitação;

II – Certidão negativa de insolvência civil, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, quando admitida a participação de pessoa física ou de sociedade simples na licitação;

III – Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrados, comprovando os índices indicados nos incisos seguintes;

IV – Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), calculados conforme fórmulas usuais;

V – As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura;

VI – Os documentos referidos neste item limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

VII – Os documentos contábeis deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED;

VIII – Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), será exigida a comprovação de capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou da parcela pertinente;

IX – O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil (contador registrado no CRC), apresentada pelo licitante.

16.8 – Qualificação técnica

16.8.1 – Para fins de qualificação técnica, deverá o licitante apresentar:

I – Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de no mínimo 1



(um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento satisfatório de mobiliário e/ou equipamentos em quantidades e complexidade equivalentes ao objeto licitado.

17 – DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1 – O custo estimado da contratação e os preços unitários de referência encontram-se detalhados no processo administrativo, com as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços referenciais, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 – Os preços de referência foram obtidos por meio de pesquisa de mercado realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e das normas aplicáveis, sendo os valores de referência aqueles constantes do orçamento estimativo juntado ao processo administrativo, que constitui Anexo deste Termo de Referência.

17.3 – O valor estimado da contratação será sigiloso ou público, conforme opção definida no Edital, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

18 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Itamarati de Minas para o exercício financeiro em que ocorrer a contratação, respeitado o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

18.1.1 – A indicação da dotação orçamentária específica fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou do instrumento substituto correspondente, momento em que será verificada a disponibilidade orçamentária e financeira.

18.2 – A dotação orçamentária relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, nos termos do art. 90, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

19 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

19.1 – Obrigações da Contratada

19.1.1 – Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no Edital, no contrato e na Ata de Registro de Preços, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

19.1.2 – Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhados de nota fiscal, manual do usuário (quando aplicável) e certificados de garantia;



19.1.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

19.1.4 – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo de 10 (dez) dias corridos, o objeto com avarias, vícios ou defeitos;

19.1.5 – Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas anteriores à data de entrega, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

19.1.6 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.1.7 – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato;

19.1.8 – Não empregar, na execução do contrato, trabalhadores nas condições vedadas pelo art. 5º, inciso III, da Constituição Federal, inclusive em regime análogo à escravidão;

19.1.9 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

19.2 – Obrigações do Contratante

19.2.1 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

19.2.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.2.3 – Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

19.2.4 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor especialmente designado;

19.2.5 – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

19.2.6 – Aplicar as penalidades cabíveis, após o devido processo legal, na hipótese de descumprimento das cláusulas contratuais pela Contratada.

20 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou a Contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, observado o disposto nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.3 – A aplicação das sanções ocorrerá mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

20.4 – As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

20.5 – A multa de mora será aplicada no percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato ou da parcela correspondente.

20.6 – A multa por inexecução parcial ou total será de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

21 – DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

21.1 – As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

21.2 – Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado especificado e válido.

21.3 – Será exigida, quando do recebimento dos bens, a apresentação dos certificados de garantia e manuais técnicos em língua portuguesa, quando aplicável.

21.4 – Em caso de dúvidas relativas às especificações técnicas dos itens, prevalecerão as disposições deste Termo de Referência sobre qualquer outro documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



21.5 – O presente Termo de Referência integra o Edital e o contrato ou instrumento equivalente, vinculando as partes ao seu inteiro teor.

21.6 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os princípios e disposições da Lei nº 14.133/2021, dos regulamentos aplicáveis e das normas técnicas pertinentes.

Itamarati de Minas/MG, 29 de abril de 2026.

GISELLE FERREIRA LIZIERO BARROS

Secretária Municipal de Educação

GIOVANA FERRAZ GOMES

Secretária Municipal de Saúde

RAQUEL RODRIGUES LADEIRA TAVARES

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

LUCIANO ALVES DE MOURA

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

NICOLAS THIAGO RODRIGUES DUTRA

Secretário Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico

JOSÉ AMÉRICO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.706.813/0001-02 | Inscrição Estadual: ISENT0



JOSÉ CARLOS LUCAS

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

TARCÍSIO EDGAR ALMEIDA MOTA

Secretário Municipal de Transportes e Defesa Civil

ELAINE FERRAZ RODRIGUES

Secretária Municipal de Turismo e Comércio